

## A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940<sup>1</sup>

Fernando Antonio Abrahão

Doutor em História Econômica pela USP

Historiador no Centro de Memória – Unicamp

### Resumo

Este artigo apresenta um estudo da riqueza de Campinas durante a economia cafeeira, de 1870 a 1940, recorte temporal este que inicia com o auge da cafeicultura, chegando até aos primeiros desenvolvimentos de uma economia industrial e urbana. A excepcional expansão das exportações de café e a imigração de europeus, de meados do século XIX em diante, estimularam a diversidade dos mercados de trabalho e de consumo locais e tornou possível aos indivíduos comuns ascenderem socialmente em uma hierarquia dominada pela elite cafeeira. Considerou-se o conjunto das riquezas líquidas dos processos e a composição das propriedades de cada indivíduo.

**Palavras-chave:** Campinas (SP) História – Distribuição de riqueza – Desigualdade social – Bens e propriedades – Inventários *post mortem*

### Abstract

The origins of São Paulo's economic vigour and social diversity are topics broadly studied by historians and economists. This article deals the wealth accumulation in Campinas during the coffee economy from 1870 to 1940 a period that begins with the zenith of the coffee production, stretching itself to the first glimpses of a more industrial economy. The leading source used is a sample of post-mortem inventories, from which we codified the inventoried personal data and their declared and budgeted properties listed in their apportionments.

**Keywords:** Campinas (SP) History – Wealth distribution – Social inequality – Properties – post-mortem inventories

---

<sup>1</sup> Este artigo foi extraído da Tese de Doutorado do autor: *Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira. Campinas, 1870-1940*, aprovada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em fevereiro de 2015.

A riqueza gerada pela cultura cafeeira, a partir de meados do século XIX, foi decisiva para o desenvolvimento socioeconômico de São Paulo. Segundo parte da historiografia, o avanço das plantações de café rumo ao interior e a atração exercida pela dinâmica socioeconômica da capital frearam, ainda no fim do século, o ritmo de rápido crescimento que Campinas tomara desde 1870 (LAPA, 1996; SEMEGHINI, 1991; BAENINGER, 1996; PUPO, 1969 e BRITO, 1965-1967).

Embora os recenseamentos e levantamentos estatísticos sejam fontes de estudos essenciais sobre o tema, os grandes lapsos de tempo sem informações e os diferentes critérios adotados pelos recenseadores prejudicam o acompanhamento mais detalhado das mudanças. Nesse contexto, os inventários judiciais tornam-se importantes fontes de investigação e análise de formação e distribuição da riqueza, de diversificação econômica e de perfis de grupos sociais que participaram de tais processos (MELLO, 1990; ARAÚJO, 2006 e MARCONDES, 1998).

O objetivo deste artigo é avaliar a intensidade dessas transformações, discutindo a distribuição da riqueza a partir dos bens e direitos arrolados de uma amostra de inventários de 1870 a 1940, em Campinas. Os bens foram distribuídos em quatro grupos: imóveis, ativos financeiros e estoques, escravos e um conjunto de menor expressão monetária, denominado *Outros bens*. Antes, porém, avaliam-se as principais características dos inventários, tratando das classificações dos bens conforme aparecem nos inventários, ou seja, o monte mor ou a riqueza bruta formada por todos os bens do inventário; o Passivo composto de dívidas, tributos e custas judiciais; e o monte menor ou monte partível, isto é, a riqueza líquida destinada aos herdeiros.

### **Inventários: riqueza bruta, dívidas, tributos, emolumentos e a riqueza líquida**

Além de dados pessoais dos inventariados e seus familiares e herdeiros, a análise concentra-se nas informações sobre descrições, quantidades e valores monetários dos bens registrados nos inventários. Os dados pessoais ou as qualificações pessoais, que permitem obter mais detalhes, por exemplo, sobre as ocupações e nacionalidades, foram

extraídos das autuações, petições, declarações de herdeiros, certidões, procurações e dados patrimoniais, sobretudo, do rol de bens e direitos.

O orçamento de um inventário está inserido na parte processual que precede a finalização do processo, conhecida como formal de partilha. Sua estrutura agrega uma lista detalhada dos tipos de bens, tais como imóveis, ativos financeiros, estoques comerciais, escravos, animais, mobília, joias, máquinas, ferramentas, entre outros. A soma dos valores monetários constantes em um orçamento constitui o chamado monte mor ou o montante da *Riqueza bruta* do inventário.

Da riqueza bruta de um inventário é possível calcular os custos dos serviços cartoriais e os tributos e emolumentos determinados pela legislação. A esse montante deu-se na presente pesquisa o nome de *Custas e tributos*. A composição processual dos inventários seguiu padrões definidos pelos dois códigos civis vigentes no período da pesquisa. Dos anos 1870 a 1915, os inventários foram elaborados segundo a Consolidação das Leis Civis, publicada em 1857.<sup>2</sup> Por sua vez, entre 1920 e 1940, os inventários foram elaborados segundo o Código Civil Brasileiro, promulgado em 1916, com vigência iniciada em 1917 (CÓDIGO Civil Brasileiro de 1916, 1946).

Ainda compõe o orçamento de um inventário, em alguns casos, o montante constituído pelas dívidas contraídas pelo inventariado ou a seu nome, como empréstimos com garantias hipotecárias ou aquisição de bens, produtos ou serviços ainda não quitados, entre outros. Esse montante será aqui designado de *Dívidas passivas*.

As *Dívidas passivas* e as *Custas e tributos* estão comprovados por recibos, notas fiscais, notas promissórias, declarações, entre outros documentos que são encontrados nos processos dos inventários. O produto da subtração desses dois montantes sobre o total da riqueza bruta do respectivo inventário resulta no Monte partível ou a *Riqueza líquida* que era finalmente distribuída aos herdeiros.

---

<sup>2</sup> A Consolidação das Leis Civis, de 1857, passou a vigorar na Província de São Paulo em 1860. Trata-se, segundo especialistas, de uma “adaptação cabocla” das Ordenações Filipinas, que em Portugal vigoraram de 1603 a 1867.

Nos inventários de Campinas foram identificadas dívidas passivas em praticamente metade dos processos, isto é, em 460 inventários dos 1.008 da amostra. Os demais apresentam apenas custas e tributos como valores dedutíveis do monte mor. Verificou-se, também, parcela diminuta de inventários cujo montante da riqueza líquida é o mesmo do total da bruta, ou seja, de onde não foram subtraídos quaisquer custas e tributos. Esses processos somam 72 entradas (7,1% da amostra), sendo 6 deles referentes ao período 1870-1890, 14 do período 1895-1915 e 52 casos relativos ao período 1920-1940. Investigou-se razões pelas quais o juiz teria declinado da cobrança de custas e tributos em alguns processos. Uma hipótese para essa tolerância é de um possível baixo valor declarado dos patrimônios. Entretanto, a análise dos inventários não confirma estritamente a suposição, já que se identificaram processos que receberam esses benefícios espalhados pelos estratos, inclusive entre os mais ricos. Ainda assim, o maior conjunto se encontra nos estratos da base da amostra de inventariados, com 51 dos 72 casos.

A partir dos procedimentos anteriores, reuniram-se os percentuais de dívidas e de custas e tributos dos três períodos estudados.<sup>3</sup> No período 1870-1890, os passivos representam 43,3% da riqueza bruta, no período seguinte, 26,1%, e no período 1920-1940, 30,6% do total da riqueza. No geral, os percentuais relativos às dívidas patrimoniais da amostra – sobretudo empréstimos com garantias hipotecárias, despesas com estabelecimentos comerciais e de serviços – apresentam tendência de crescimento do primeiro para o segundo período, mas de queda deste para 1920-1940. Os percentuais de custas e tributos apresentam, por sua vez, declínio do período 1870-1890 para o seguinte, e de crescimento deste para o de 1920-1940. A Tabela 1 permite observar os percentuais dos passivos e a formação participativa dos montantes ao longo do estudo.

---

<sup>3</sup> Os valores monetários tratados em todas as tabelas são os escriturais presentes nos processos. Naturalmente, houve desvalorização monetária ao longo do período, mas a análise se concentrou nas proporções do patrimônio na hierarquização da riqueza de cada período, o que diminui o efeito da inflação sobre os valores declarados.

Tabela 1 – Composição de passivos na amostra de inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Geral	43,3	26,1	30,6
Dívidas	84,1	90,5	82,1
Custas e tributos	15,9	9,5	17,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

O período 1870-1890 reúne 191 inventários. Em 121 deles foram encontradas declarações de valores e descrições de dívidas, as quais representam 84,1% do total. As custas e os tributos constituem 15,9% do passivo total. Identificaram-se casos corriqueiros de dívidas, como pagamentos de honorários médicos, de despesas com boticas ou farmácias, armazéns de secos e molhados, lojas de ferragens, ferramentas e tintas e de armarinhos e vestuário, ou a quitação de empréstimos com garantias hipotecárias, ou valores despendidos durante o processo, pelo inventariante, na compra de roupas, sapatos, material escolar e outras despesas familiares (TJC, 3º Ofício, n.7381, 1880; 3º Ofício, n.7461, 1885; 4º Ofício, n.5180, 1890).

Há também ocorrências curiosas, como pagamentos de salários a dois escravos. Em consulta aos periódicos da época, há indícios de grande demanda por trabalhos domésticos para os quais se remuneravam os proprietários que dispunham de escravos para esse fim. Um exemplo pode ser visto no anúncio *Precisa-se de uma boa cozinheira, livre ou escrava...* (Gazeta de Campinas, 6/1/1874, p.3). Também parece incomum à época a execução da penhora da produção canavieira e o pagamento da *importação de capados* (TJC, 3º Ofício, n.7264, 1875; 2º Ofício, n.5563, 1870; 3º Ofício, n.7382, 1880).

Dos 246 inventários do período 1895-1915, 135 discriminam suas dívidas, as quais representam 90,5% do total. Os demais 9,5% são custas e tributos. Alguns casos triviais de passivos desse período são os pagamentos de escovas de dente e novelos de lã do comércio de M. Leich, de produtos farmacêuticos das boticas de Almeida Salles & Cia e de Carlos Biörnberg, de honorários médicos, de produtos de armarinhos, tecidos e moda dos estabelecimentos de Aguiar, Paiva & Cia; Severino, Irmão & Oliveira e de Charles Levy & Cia, entre outros (TJC, 1º Ofício, n.6117, 1895; 4º Ofício, n.5763,



1900; 2º Ofício, n.5787, 1905). Saltam a vista, também, as quitações realizadas junto ao estabelecimento comercial Casa Arens, por *maquinismos* para o café, instalados em propriedades rurais, junto à relojoaria e ourivesaria de José Gerin pelo relógio de marca *Roskopf*, ao ateliê da modista Umbelina D'Oliveira por lenços de seda e demais peças de roupas, assim como pagamentos feitos para a Papelaria Casa ao Livro Azul, por bonecas – uma delas de cor negra, inclusive –, bandeirinhas, porta tralhas, caixa de brinquedos e cartões de visita (TJC, 3º Ofício, n.7704, 1895; 2º Ofício, n.5675, 1895).

Dos 571 inventários do período 1920-1940, 203 registram valores e descrições de dívidas, chegando a 82,1% do total. Os 17,9% restantes procedem de custas e tributos. Algumas dívidas prosaicas deste período são, por exemplo, resultantes da aquisição de acessórios para automóveis da casa Rocha & Barros, de flores da floricultura de Strassburg & Oswald, de serviços de carpintaria prestados por Francisco Siqueira, de artigos para eletricidade da Casa Lucarelli, de *plafoniers*, lustres e ferragens da Casa Bianchi, de serviços de telefonia prestados por Eleutério Rodrigues, de serviços prestados pela serraria de Avelino de Souza & Cia, entre outras despesas (TJC, 3º Ofício, n.8039, 1920; 3º Ofício, n.320, 1930; 3º Ofício, n.8181, 1925).

Uma parte da amostra de inventários apresenta passivos maiores que os das suas respectivas riquezas brutas, dando origem, portanto, a inventários com valores negativos. Foram 37 casos (3,7%) desse tipo entre os 1.008 inventários do período de 1870 a 1940. Desse pequeno universo, verificam-se 13 registros (6,8%) dos 191 inventários de 1870-1890, 9 (3,7%) dos 246 documentos de 1895-1915 e, do período em que se presumia encontrar maior número de inventários negativos – de 1920-1940 –, são 15 (2,6%) dentre os 571 processos.<sup>4</sup>

É importante dar atenção aos inventários negativos, pois eles são indicadores de declínio na escala social. Em geral, os estudos dão pouca importância às distinções entre riqueza bruta ou riqueza líquida dos inventários, constatando-se uma preferência maior para o uso do agregado de riqueza bruta nos trabalhos históricos. Na presente pesquisa,

<sup>4</sup> Expectativa formada pela crise econômica mundial de 1929, que afetou os produtores brasileiros de café e cujas consequências poderiam ter solapado boa parte da riqueza local.



porém, considerou-se que a riqueza líquida é uma categoria mais adequada e precisa para a análise da mobilidade social e da hierarquia da riqueza.

O uso da riqueza bruta foi adotado por Zélia Cardoso de Mello em seu já citado livro sobre as transformações da riqueza na cidade de São Paulo, entre os anos de 1845 e 1895. Ao argumentar que mudanças nas formações de riquezas indicam o fortalecimento de estratos sociais que, por seu maior poder econômico, estavam à frente do processo de diversificação crescente da economia paulistana, a autora não considerou as dívidas geradas nesse processo de desenvolvimento econômico. Ainda que uma dívida pessoal possa ser insignificante no cômputo geral da riqueza de uma região, há casos históricos de fortunas prejudicadas por passivos gerados durante disputas e divergências entre sócios ou por desastrosas administrações dos bens, incluindo seus empreendimentos e investimentos malsucedidos. Afinal, se os bens constituem indicador de riqueza de uma família, serão esses mesmos bens usados na partilha formal para o pagamento das possíveis dívidas (MELLO, 1990, pp.26-27).

Já ao estudar a riqueza dos paulistanos na primeira metade do século XIX, Maria Lucília Viveiros Araújo identificou trabalhos que adotam valores brutos ou líquidos na análise de inventários. Embora a autora tenha se preocupado com a metodologia aplicada por vários autores, ela não aprofundou a questão de qual dos agregados melhor exprimiria as relações de riqueza de uma sociedade (ARAÚJO, 2006, pp. 71-79). Contudo, Araújo optou por utilizar o montante bruto e em alguns casos o valor bruto *ajustado*, este nos inventários que se arrastaram por anos e em que foram percebidas grandes diferenças dos valores monetários entre o momento no qual os bens foram avaliados e quando foram efetivamente partilhados. Isso significa que, no caso da venda de um imóvel durante o processo jurídico, a autora considerou o valor derradeiro, e não mais o valor que compôs o montante bruto original. Na referência que faz aos inventários negativos encontrados na sua amostra (10,3% do total), a autora apenas os insere no número que apresentou problemas para a análise (ARAÚJO, 2006, p.66).

Também no caso de Campinas é possível avaliar o tempo médio de duração dos processos do início até a finalização. Conforme a Tabela 2, no geral, os processos resolvidos em até 12 meses representam 73,3% do total da amostra, tendo em vista que

12,1% precisaram de um ano ou mais e 2,1% necessitaram de pelo menos cinco anos. Do total, 12,5% não possuem quitação da partilha (incompletos).

Tabela 2 – Tempo médio de quitação das partilhas dos inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940	Totais
Até 12 meses	76,4	68,3	74,4	73,3
Mais de 12 meses	16,8	13,4	10,0	12,1
Mais de cinco anos	2,1	3,7	1,4	2,1
Sem quitação de partilha	4,7	14,6	14,2	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Os percentuais de solução das partilhas em até 12 meses são estáveis, em torno dos 70%, em todos os períodos. Os números de inventários da amostra que levaram de um a cinco anos a serem solucionados declinam ao longo do tempo, iniciando com 16,8% no período 1870-1890, passando a 13,4% em 1895-1915 e finalizando com 10% em 1920-1940. A tendência de queda também pode ser observada nos percentuais referentes aos casos de solução com tempo superior a cinco anos da data de abertura, com 2,1% dos casos em 1870-1890, 3,7% no período intermediário e apenas 1,4% no período 1920-1940. Nesse exame, outro crescimento percentual coube aos processos sem data de finalização das partilhas, cujos percentuais atingiram 4,7% do total no período 1870-1890, 14,6% em 1895-1915 e 14,2% no período 1920-1940. Conclui-se que, no amplo espectro de 1870 a 1940, praticamente três entre quatro inventários judiciais de Campinas foram finalizados em até um ano da sua data de abertura.

A historiadora Kátia de Queirós Mattoso também verificou os prazos processuais em sua amostra de inventários, mas seu trabalho não discutiu a questão das diferenças de resultados no uso de valores brutos e líquidos na formação dos segmentos sociais que definiram a hierarquia socioeconômica de Salvador, capital da Bahia, durante a maior parte do século XIX. A autora afirma ter considerado apenas o valor bruto, mesmo apontando a importância das dívidas passivas como uma das causas de o inventário ser exigido pelo poder judiciário (MATTOSO, 1992, p.608).

João Luís Ribeiro Fragoso, por sua vez, estudou a busca de *status* empreendida pela elite mercantil da cidade do Rio de Janeiro no período que compreende as três

décadas finais da fase colonial e quase todo o Primeiro Reinado (1790-1830). Segundo ele, a riqueza dessa elite teve origem na acumulação do capital agroexportador, o qual foi paulatinamente direcionado para as empresas rurais que, no entender do autor, passaram a ser vistas como estratégia para aumentar o *status* socioeconômico já proeminente da elite carioca, inclusive em relação às demais regiões do país. O autor faz clara opção pelo uso dos montantes brutos na sua hierarquização econômica por faixas de fortuna (FRAGOSO, 1992, p.42).

Também Cláudia Martinez privilegiou os valores brutos na hierarquização social de indivíduos residentes na região do Vale do Paraopeba, em Minas Gerais. Sua amostra consistiu em 761 processos do período de 1840 a 1914, dos quais a autora levantou dados sobre a riqueza, os lares e seu mobiliário e utensílios domésticos, posições socioeconômicas das famílias, sistemas de trabalho, localidade e contexto regional, processos artesanais e de tecnologia industrial, costumes e hábitos, relações de gêneros e de alimentação. Para a autora, os inventários revelam empobrecimento vinculado ao desaparecimento da escravaria e à migração da população local para regiões mais prósperas, inclusive, de outros estados (MARTINEZ, 2006, pp.63-126-256).

Da mesma forma, Luciana Suarez Lopes selecionou inventários de famílias que cobriram ao menos duas gerações de indivíduos (pais e filhos), que viveram nas localidades de Ribeirão Preto e São Simão, região noroeste de São Paulo, durante a segunda metade do século XIX. Os dados analisados pela autora confirmam que houve aumento considerável da riqueza local no período e que esse incremento foi promovido pela cultura cafeeira. Sua conclusão foi obtida, como os demais autores citados, comparando-se os valores brutos dos inventários (LOPES, 2008, pp.140-141).

Esses casos ilustram o maior número de autores que têm optado pelos valores brutos dos inventários, sem porém terem examinado em detalhe as consequências dessa preferência. É certo que a escolha dos valores brutos resulta em diferenças na hierarquização da riqueza de uma sociedade, em comparação aos valores líquidos. Por exemplo, se a população de uma localidade sofreu com o endividamento decorrente de crises econômicas (como aconteceu após a crise mundial de 1929), é possível que as dívidas dos inventários dessa localidade, nos períodos das crises, tenham afetado

sensivelmente as riquezas familiares, diminuindo os valores líquidos das partilhas ou até mesmo as solapando totalmente, em casos extremos. Em vista dessa possibilidade, como ignorar os passivos de um inventário se o produto da subtração das dívidas sobre o valor bruto resulta na riqueza efetiva do inventariado e no valor destinado à partilha?

A utilização do valor líquido na hierarquização dos inventários baseia-se na premissa de que a riqueza de uma família deve ser considerada após a subtração das custas, tributos e dívidas passivas, mesmo que essas dívidas pudessem ser quitadas, posteriormente, pelos herdeiros. Podemos considerar a possibilidade de uma família superar, com créditos futuros, a adversidade de um passivo que a colocou em um grupo social inferior no momento da execução da partilha dos bens, mas ponderar dessa maneira implica que deveríamos seguir os herdeiros até o momento da quitação das dívidas. A única maneira de confirmar a possível quitação de uma dívida familiar seria localizar e acompanhar os inventários dos herdeiros e verificar tal possibilidade. Todavia, apesar de plausível, esta é uma possibilidade que foi descartada nesta tese por requerer muito tempo adicional e um outro tipo de pesquisa com ênfase em diferentes gerações de inventariados.

Uma autora que utilizou os valores líquidos da riqueza foi Dora Paiva da Costa, que estudou inventários de Campinas para o período em que a localidade ainda se denominava Vila de São Carlos. A autora utilizou partilhas de 1795 a 1850 para descrever as heranças e as estratégias de distribuição dos bens de algumas famílias. Os valores líquidos das riquezas foram utilizados por Costa para escalonar os indivíduos e suas famílias nos segmentos sociais e definir os casos de passagem (acumulação ou declínio) de riquezas de pai para filho. Somente assim, conhecendo a parte da herança que coube a um determinado indivíduo, a autora pôde comparar o valor recebido com o que ele acumulou até sua morte (COSTA, 1997, pp.89-90).

Renato Leite Marcondes também empregou os valores líquidos de uma amostra de 187 inventários dos anos de 1830 a 1879, a fim de estudar a concentração de riquezas no município de Lorena, no Vale do Paraíba paulista (MARCONDES, 1998, pp.304-310). O autor aborda diversas questões metodológicas, tal como as diferenças de valores de custas e tributos nos inventários. Na análise historiográfica, Marcondes observou

uma nova tendência de se considerar a evolução da composição dos patrimônios no decorrer do tempo e não mais apreciar valores monetários comparáveis no período. Essa vertente tem nítida expressão no estudo da formação da riqueza pelos valores líquidos, que inclui as dívidas passivas como componentes importantes dos estudos (ALVES, 1995 e OLIVEIRA, 1995).

Nos inventários de Campinas, é possível que a adoção do montante bruto em vez do montante líquido acarrete distorções nos resultados. Por exemplo, na hipótese de os inventários com valores negativos do período 1870-1890 terem sido utilizados apenas com os valores brutos, 6 famílias permaneceriam no estrato social intermediário, mesmo que seus patrimônios líquidos fossem equivalentes ao padrão verificado no segmento inferior da amostra. Outras 6 famílias continuariam na elite, ainda que suas riquezas líquidas se assemelhassem aos níveis do estrato intermediário.

Considerando os valores brutos dos inventários negativos do período 1895-1915, 8 famílias se manteriam no estrato médio, quando suas riquezas líquidas indicam pertencerem ao estrato inferior, 5 permaneceriam na elite, mesmo com suas riquezas líquidas no grupo intermediário e, por fim, 1 família não declinaria da elite diretamente para o segmento inferior, no referido período.

Para finalizar, se os inventários com saldos negativos do período 1920-1940 fossem analisados pelos valores brutos, 7 famílias não decairiam do segmento intermediário para o inferior, outras 4 não desceriam da elite para o intermediário, e 6 permaneceriam na elite, mesmo com suas riquezas líquidas indicando serem, de fato, do estrato inferior de riqueza.

Assim, apesar de seu pequeno número – 37 ocorrências entre os 1.008 da amostra –, a consideração dos inventários negativos pelos valores líquidos adiciona precisão à análise da evolução da riqueza entre os inventariados de Campinas.

### **A composição da riqueza: uma primeira aproximação**

Na amostra de 1.008 inventários, os percentuais de passivos constituídos de dívidas, custas cartoriais e tributos variam ao longo do período 1870-1940, com

resultados equivalentes na riqueza líquida. A Tabela 3 apresenta as proporções de passivos e de riqueza líquida encontradas nos inventários pesquisados.

Tabela 3 – Passivos e riqueza líquida na amostra de inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Riqueza bruta	100,0	100,0	100,0
Passivos	16,3	10,2	13,6
Riqueza líquida	83,7	89,8	86,4

Fonte: TJSP–Campinas. Nota: passivos=tributos e dívidas.

Os passivos partem de 16,3% no período 1870-1890, perdem cerca de 6 pontos percentuais no período intermediário, mas aumentam posteriormente durante os anos de 1920-1940, ainda que alcançando um percentual (13,6%) inferior ao inicial. De forma correspondente, a riqueza líquida partível apresenta percentual de 83,7% no período inicial, aumenta para 89,8% no intervalo de 1895-1915 e declina para 86,4% no período 1920-1940.

O aumento proporcional da riqueza líquida na sociedade de Campinas, tal como expressa pelos inventários, demonstra a contínua expansão da economia local, mesmo durante as sucessivas crises da cultura cafeeira, do último decênio do século XIX em diante, atravessando a crise mundial do final dos anos 1920 e, evidentemente, passando pela crise da década de 1930. Mesmo com a paulatina transferência da produção cafeeira para as novas *fronteiras agrícolas*, o rastro de riqueza deixado por ela em Campinas (ferrovias, urbanização da cidade, indústrias, comércio e serviços) serviu de base para a diversificação e a continuidade do crescimento econômico.

A análise da composição da riqueza que realizamos aqui leva em consideração quatro grupos de bens levantados junto aos orçamentos dos inventários: os imóveis, os ativos financeiros e estoques, os escravos e um agregado formado por outros tipos de bens.

O primeiro grupo reúne bens imobiliários urbanos e rurais. O imóvel urbano é formado por casa, casa e quintal, galpão, prédio e demais edifícios de uso residencial ou comercial, bem como terrenos identificados com nome e número de logradouros

situados no perímetro urbano do município.<sup>5</sup> O imóvel rural muitas vezes possui indicação de produção, mas não possui localização espacial precisa e cada imóvel tende a receber do escrivão, a seu critério pessoal, o título de fazenda, sítio ou chácara, nomes que permitem classificá-los como da área rural do município.

O grupo de ativos financeiros e estoques inclui créditos a receber, ações e quotas de capital social de empresas e seus rendimentos (dividendos, aplicações, debêntures) e estoques de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestadores de serviços, bem como valores monetários pagos por safras agrícolas colhidas e armazenadas ou ainda por colher.<sup>6</sup> Os escravos formam grupo distinto e bem conhecido.<sup>7</sup>

O último grupo reúne bens de pouco valor monetário e pequena representatividade na amostra. Esses bens se distinguem por três categorias: de móveis e joias; de animais de corte e para tração de máquinas e veículos; e a de armas, ferramentas e maquinário profissional, entre outros. A Tabela 4 resume os percentuais de cada grupo de bens em cada período.

Tabela 4 – Composição da riqueza por grupos de bens, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Imóveis	45,5	52,2	64,6
Ativos financeiros e estoques	33,6	44,2	34,0
Escravos	16,9	0,0	0,0
Outros bens	4,0	3,6	1,4
Totais	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Outros bens: mobiliário, joias, máquinas, ferramentas, animais para corte ou tração, armas, veículos etc.

No intervalo inicial de 1870-1890, os imóveis representam 45,5% do total, os ativos financeiros e estoques, 33,6%, os escravos, 16,9%, e os outros bens, 4%. No período 1895-1915, quando os escravos deixam de fazer parte do total do estoque de riqueza, há significativo aumento no grupo de imóveis, que atinge 52,2% do total, e no de ativos financeiros e estoques, que alcança 44,2%. Os outros bens diminuem seu peso

<sup>5</sup> Os inventariantes declaravam a localização dos imóveis urbanos citando seu endereço completo.

<sup>6</sup> Neste caso, os documentos anexados aos inventários mostram que alguns produtos de colheitas já estavam comprometidos comercialmente antes mesmo de serem colhidos.

<sup>7</sup> Naturalmente, os escravos estão presentes nas primeiras quatro séries quinquenais que formam o período 1870-1890, ou seja, 1870, 1875, 1880 e 1885.

em relação ao período anterior, registrando 3,6% do total. Aparentemente, os recursos antes destinados à aquisição de cativos deslocaram-se para os ativos financeiros e estoques e os bens imóveis.

Esses dados se aproximam dos encontrados por Zélia Cardoso de Mello para o município de São Paulo. Na capital, os inventários pesquisados pela autora indicam que os grandes proprietários de escravos alocaram o capital antes destinado à manutenção desses plantéis em investimentos urbanos, tais como imóveis para aluguéis e ações ou quotas de capital social de indústrias e empresas de crédito e prestação de serviços, sobretudo de transportes e iluminação (MELLO, 1990, pp.125-147). Em Campinas, os inventários sugerem que o capital da escravaria se transferiu relativamente com mais intensidade para o grupo de ativos financeiros e estoques (sobretudo ações ou quotas de capital social de empresas dos ramos bancário, ferroviário, industrial e comercial) e, em seguida, para o grupo de bens imóveis, no período 1895-1915.

Já o período 1920-1940 revela uma maior preferência dos inventariados pelos bens imóveis, que teve um aumento excepcional para 64,6% do total da composição da riqueza da amostra. O grupo de ativos financeiros e estoques, por sua vez, declinou em importância em relação ao período anterior e alcançou 34% do total da riqueza. O grupo de outros bens atinge 1,4% do total.

O expressivo aumento da participação dos bens imóveis e o declínio do percentual dos bens chamados de ativos financeiros e estoques no período 1920-1940 indicam uma maior propensão dos proprietários em adquirir bens de raiz, que podem ser considerados investimentos mais seguros se comparados com aqueles em que se deposita confiança em administrações de empresas. É possível que essas mudanças se relacionem com os perfis socioeconômicos dos inventariados e, por essa razão, cada grupo de bens será analisado em detalhes.

### ***Imóveis***

Os inventários analisados registram 2.610 imóveis entre 1870 e 1940, dos quais 2.197 urbanos e 413 rurais. A Tabela 5 reproduz as participações relativas ao número de imóveis (urbano e rural) e dos valores correspondentes, em cada período.

Tabela 5 – Imóveis urbanos e rurais nos inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Urbanos	79,2	54,0	88,3	70,8	83,4	73,0
Rurais	20,8	46,0	11,7	29,2	16,6	27,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

No período 1870-1890, os inventários da amostra registram 413 imóveis, sendo 79,2% urbanos e 20,8% rurais. Obviamente nem todas as famílias possuíam imóveis e em alguns casos esses bens não foram inventariados, por omissão de declaração do inventariante e, sobretudo, quando sua venda ocorreu pouco antes da morte do inventariado. Os imóveis urbanos do período concentram 54% do valor total, ao passo que os rurais representam 46%. Essa relação indica que as propriedades rurais tinham, como era de se esperar, um valor unitário muito maior do que os localizados na área urbana. Dos 191 inventários desse período, 121 registram imóveis urbanos e 68 imóveis rurais. Entre os inventários com imóveis urbanos, verifica-se a média de 2,7 unidades por espólio. A média de imóveis rurais é de 1,3 unidade por espólio.

Há registros de 783 imóveis na amostra de 1895-1915. As unidades urbanas subiram para 88,3% do total e as rurais declinaram para 11,7% do total. No período examinado, o conjunto dos imóveis urbanos presentes nos inventários concentra 70,8% do valor, enquanto o conjunto de imóveis rurais representa 29,2%. Esses percentuais reforçam a possibilidade de que a acumulação e a concentração da riqueza na área urbana estivessem aumentando rapidamente, como foi notado antes. Dos 246 inventários desse período, 174 registram imóveis urbanos e 53 deles imóveis rurais. Entre os inventários que listam propriedades urbanas, observa-se a média de 4 unidades por espólio. A média de imóveis rurais é de 1,7 unidade por inventário. O aumento da média de propriedades urbanas nesse segundo período pode indicar uma maior

concentração da riqueza com a urbanização da cidade (SILVA, 1996, pp.52-68; BADARÓ, 1996, pp.30-49 e LAPA, 1996, pp.259-274).<sup>8</sup>

Os inventários de 1920-1940 registram 1.414 imóveis, sendo 83,4% urbanos e 16,6% rurais. O grupo dos imóveis urbanos registrados nos inventários do período concentra 73% do valor total, enquanto o grupo de imóveis rurais representa 27%. Dos 571 inventários da amostra, 391 listam propriedades urbanas e 150 propriedades rurais. Entre os inventários com imóveis urbanos, observa-se a média de 3 propriedades por inventário, enquanto a média de imóveis rurais é de 1,6 propriedade por inventário. No período, prosseguiu a tendência anterior de aumento do valor dos imóveis urbanos no total da riqueza acumulada. Esses resultados reafirmam a alta probabilidade de que se estava vivenciando uma crescente urbanização de Campinas. De fato, os recenseamentos gerais de 1900 e 1920 indicam uma maior proporção de habitantes rurais em relação aos urbanos. Porém, já em 1934 a população urbana atingiu 52% e a rural 48% do total de 132.819 habitantes de Campinas (BAENINGER, 1996, p.42).

Por sua vez, o aumento do número de imóveis rurais entre 1895-1915 e 1920-1940 pode estar relacionado com a fragmentação das antigas propriedades cafeeiras. Entre as principais causas desse resultado estão as partilhas, que dividiram antigas e grandes propriedades entre as gerações de herdeiros de uma família e o loteamento de fazendas em pequenas propriedades rurais vendidas aos imigrantes, como foram os casos dos Núcleos Coloniais Campos Salles, Nova Odessa e Nova Veneza, os três fundados sobre antigos cafezais da região de Campinas, entre 1897 e 1910 (GADELHA, 1982).

### *Ativos financeiros e estoques*

Os ativos financeiros e estoques são o segundo grupo de bens em importância nos inventários. Uma categoria de bens é formada por depósitos bancários, empréstimos efetivados com garantia hipotecária e papel moeda entesourado resultante de

---

<sup>8</sup> Os autores afirmam que os primeiros planos diretores de urbanização foram elaborados e iniciados já no fim do século XIX, avançando pelas primeiras décadas do XX. Eles se atrelavam às consequências das epidemias de febre amarela (de 1889 a 1900).

rendimentos ou lucros com produção a agrícola, aluguéis, pecúlios, seguros de vida ou de vendas de bens anteriormente declarados nos inventários. A segunda categoria reúne ações ou quotas de capital social de empresas comerciais, bancárias, industriais e prestadoras de serviços, dos setores público e privado. A terceira categoria abarca os estoques de estabelecimentos comerciais, industriais e de produtos agrícolas colhidos e armazenados ou a colher.

Dos 1.008 inventários da amostra, há descrições de ativos financeiros e estoques em 555 deles. Os depósitos bancários e empréstimos a receber representam, em todos os períodos, mais da metade do total, embora apresentem tendência de declínio ao longo do tempo. As ações e quotas de capital social de empresas não tiveram o mesmo peso inicial dos depósitos e empréstimos, mas apresentam crescimento ao longo dos anos. Os estoques comerciais e agrícolas tiveram menor importância relativa que as demais categorias comparadas, mantendo-se relativamente estáveis no período (ver a Tabela 6).

Tabela 6 – Ativos financeiros e estoques nos inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Proporções na amostra	33,6	44,2	34,0
Depósitos e empréstimos	69,7	64,7	51,8
Ações e quotas de empresas	17,4	24,3	34,9
Estoques mercantis	12,9	11,0	13,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Dos 191 inventários do período 1870-1890, foram encontrados ativos financeiros e estoques em 130 deles. Nesses, os depósitos e empréstimos concentram 69,7% do total, as ações de capital de empresas, 17,4%, e os estoques comerciais e agrícolas, 12,9% do total da categoria.

No período 1895-1915, verificam-se registros de ativos financeiros e estoques em 165 dos 246 processos. Os empréstimos e depósitos predominam com 64,7%. As ações de capital de empresas somam 24,3% e os estoques diversos, 11% do total. O aumento de quase 7 pontos percentuais no total de ações ou quotas de capital de empresas em relação ao período anterior parece indicar um aumento do número de empreendedores industriais, comerciais e prestadores de serviços na economia.

Nos 571 inventários dos anos de 1920-1940, há 260 registros de ativos financeiros e estoques. Os empréstimos e depósitos declinaram em quase 13 pontos percentuais, atingindo 51,8% do total. Ao contrário, o percentual de ações de empresas subiu mais de 10 pontos em relação ao período anterior e chegou a 34,9% do total da categoria. Os estoques diversos, com tendência positiva, contribuíram com os demais 13,3%. As participações crescentes das ações de capital ou quotas de empresas e dos estoques comerciais e agrícolas indicam que a economia de Campinas continuava diversificando-se e ampliando suas oportunidades de investimentos para os detentores de maior riqueza.

### ***Escravos***

Podemos verificar as deploráveis condições de patrimônio humano de senhorios não apenas nos inventários, mas em vários tipos de ações judiciais que permitiram peticionar, em juízo de direito, a liberdade definitiva de alguns escravos, individualmente (ABRAHAO, 1992). Há também séries de documentos fiscais e notariais cobrindo longos períodos. Uma delas refere-se aos registros de impostos de *meia sisa*, para cada transação comercial (compra e venda) de escravos, na província de São Paulo. Outra reúne as escrituras do 1º Cartório declarando empréstimos dando como garantia escravos (ABRAHÃO, 1990, pp.24-28).<sup>9</sup>

Os escravos foram computados nos inventários das séries quinquenais que compõem a amostra do período, ou seja, 1870, 1875, 1880 e 1885.<sup>10</sup> A Tabela 7 sintetiza o papel que os escravos assumiram na composição da riqueza da época estudada.

---

<sup>9</sup> Os registros de pagamentos de impostos de meia sisa compõem o arquivo da Coletoria de Rendas de Campinas. As coletorias de rendas foram repartições arrecadadoras criadas no período da Regência, em 1834 e eram subordinadas às Tesourarias da Fazenda das províncias. No período desta pesquisa havia Coletorias na capital, em Santos e Campinas. As escrituras hipotecárias estão registradas nos livros do 1º Cartório de Notas de Campinas. Ambos os arquivos são disponibilizados pelo Centro de Memória - Unicamp.

<sup>10</sup> Cabe lembrar que, das cinco séries quinquenais que compõem o período 1870-1890, apenas a de 1890 não contabilizou escravos, em razão do fim da escravidão no Brasil, em 1888.

Tabela 7 – Escravos nos inventários, Campinas, 1870 a 1885, número de indivíduos e participação na riqueza em %

	1870		1875		1880		1885	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Plantéis	550	27,7	269	23,8	246	18,2	259	14,7

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: os percentuais das colunas “valor” correspondem às participações percentuais do valor monetário dos escravos nos totais das riquezas declaradas no conjunto de inventários de cada ano.

Os inventários pesquisados no ano de 1870 registram um total de 550 escravos. Dos 33 inventários desse ano, 22 deles (66,7%) possuíam escravos, com os fazendeiros mais abastados mantendo plantéis para trabalhos domésticos e, fundamentalmente, para as lavouras. Os escravos encontrados em 1870 representam 27,7% da riqueza total do referido ano. Os 22 inventários com plantéis possuíam uma média de 25 escravos por espólio.

Na série seguinte, há um declínio substancial no número de escravos nos inventários pesquisados, de 550 em 1870 para 269 em 1875. O percentual do valor dos escravos no total da riqueza também declina, embora bem menos do que no caso do número absoluto, para 23,8% em 1875. A menor queda do valor parece significar que os preços dos escravos estavam subindo no período. Havia 17 inventários (52%) com escravos de um total de 33 de 1875, com uma média de quase 16 escravos por espólio, configurando uma queda significativa de quase 10 escravos por plantel entre 1870 e 1875.

Em 1880 o número de escravos continuou caindo, mas agora com uma queda maior no valor dos cativos – para 18,2% – no total da riqueza inventariada. Também houve declínio no número de senhores de escravos (15 entre 35 inventários, ou 43%), com uma média estável de 16 escravos por inventário.

Os inventários de 1885 registram 259 escravos, que participam com 14,7% da riqueza, ou seja, o menor percentual na série em relação à riqueza total. Claramente, as diferentes formas de riqueza não-escrava estavam ganhando expressão e reduzindo o peso relativo dos escravos nos investimentos dos proprietários. Os 15 inventários com escravos de um total de 32 espólios (46,9%) possuíam em média 17 cativos, um número

similar aos dos anos próximos. Portanto, pelo menos no número médio de escravos dos inventariados de Campinas, não ocorreu uma redução da propriedade mesmo diante da rápida desagregação do sistema escravista na época.

Comparando os dados da participação dos cativos na formação da riqueza de Campinas com os encontrados por Zélia Cardoso de Mello para a capital de São Paulo, observam-se características distintas. Em 1870, os escravos de Campinas representam mais de 27% da composição da riqueza local, ao passo que na capital o percentual não passava de 18%. Em 1875, a participação dos cativos em Campinas declinou para 23,8%, enquanto na capital o percentual foi de 15%. A queda em São Paulo é ainda maior em 1880 e 1885, chegando a 5% do total da riqueza. Já em Campinas, os escravos continuam mantendo um peso relativamente mais elevado, de 18% e 15% naqueles dois anos, como vimos (MELLO, 1990, pp.81-85).

Esses dados são consistentes com a importância da produção agrícola cafeeira de Campinas na época, que era mais intensiva no uso do trabalho escravo.

### ***Outros bens***

O último grupo de bens analisado agrega bens de baixo valor encontrado nos inventários. Conforme a Tabela 3.4 (página 84), a participação desse grupo na composição da riqueza de Campinas apresenta tendência ao declínio, iniciando com 4% no período 1870-1890 e atingindo 1,4% nos anos 1920-1940.

A diversidade e a pouca importância em termos de valor da maioria deles levaram a categorizá-los por suas similaridades. Pode-se utilizar a classificação adotada por Ernani da Silva Bruno no seu fichário de equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira (Equipamentos, 5 v., 2000). Bruno identificou mobiliário, alfaias, vestuário e joias, também encontrados nos inventários de Campinas da época, e os reuniu sob o título de Objetos (Equipamentos, V. 4, 2000). Armas, veículos e equipamentos de transportes, maquinário, ferramentas e objetos de uso profissional foram agrupados com o nome de Equipamentos (Equipamentos, V. 5, 2000). Uma terceira categoria de bens

foi composta por animais destinados à tração de veículos e moendas ou para alimentação (leite e carne), os Animais.

No período 1870-1890, os objetos concentram 52,5% do total do grupo, enquanto os equipamentos somam 9,1% e os animais 38,4%. Posteriormente, em 1895-1915, os objetos perdem importância relativa e atingem 45,1% do total, enquanto os equipamentos e os animais aumentam suas participações para 12,2% e 42,7%, respectivamente. Nota-se, no período 1920-1940, estabilidade no percentual de objetos, com 45,3%, mas a tendência antes crescente da categoria animais se inverte e cai para 31,8% do total. Os equipamentos registram aumento acima dos 10 pontos percentuais e atingem 22,9%. A Tabela 8 mostra que as categorias objetos e animais são mais expressivas.

Tabela 8 – Outros bens nos inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Geral	4,0	3,6	1,4
Objetos	52,5	45,1	45,3
Equipamentos	9,1	12,2	22,9
Animais	38,4	42,7	31,8
Totais	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Assim como nos demais grupos, o de Outros bens, em especial a categoria equipamentos (máquinas, ferramentas e automóveis), indica o perfil de uma cidade em rápido processo de urbanização e de industrialização desde a segunda década do século XX.

### Considerações finais

A análise mostrou a importância das principais informações sobre os ativos presentes nos inventários *post mortem* relacionados à formação e distribuição de riquezas, ou seja, os montantes brutos e o líquido partível. Um aspecto importante é que as dívidas de um inventário são relevantes para a definição da posição social do inventariado e de sua família e, com isso, para a distribuição da riqueza.

Constatou-se que a queda dos percentuais de passivos compostos de dívidas, custas e tributos ao longo do tempo, contribuíram para o aumento proporcional da riqueza líquida partilhada, revelando a contínua expansão da economia local, mesmo durante as crises do final do século XIX até a década de 1930.

A análise dos grupos dos bens revela detalhes dessa transformação. Os imóveis foram o principal foco de investimento dos proprietários, com percentuais de 45% a 64% da riqueza total. Apontados em duas categorias, urbanos e rurais, verificou-se que, proporcionalmente, o número de imóveis urbanos cresceu mais de 4 pontos percentuais do primeiro para o último período, mas seu peso na riqueza total foi ainda maior – crescendo em 19 pontos percentuais – no mesmo intervalo.

Na análise do grupo de bens formados por ativos financeiros e estoques, destacou-se a categoria de ações ou quotas de capital social de empresas. O aumento de 17,5 pontos percentuais do primeiro para o último período sugere um crescimento do número de industriais, comerciantes e prestadores de serviços. Os depósitos bancários e empréstimos garantidos por hipotecas apresentaram resultado inverso, ao passo que os estoques mantiveram percentuais estáveis ao longo dos períodos.

Já a análise dos escravos nos inventários mostrou que o seu número se manteve relativamente estável após 1875, com uma participação no total da riqueza na véspera da abolição, significativamente superior ao observado na capital de São Paulo.

Conclui-se que a riqueza gerada pela cafeicultura – representada por atividades agroexportadoras e por empresas ferroviárias, industriais, comerciais, bancárias e de serviços – desdobrou-se na urbanização e diversificação econômica de Campinas, mantendo-a em posição de destaque na economia nacional, mesmo nos momentos de crise ao longo do período estudado.

## Arquivos

Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Campinas / Arquivos Históricos do  
Centro de Memória – Unicamp

## Referências

- ABRAHAO, Fernando A. *As Ações de liberdade de escravos em Campinas*. Campinas: Publicações CMU. Coleção Instrumentos de Pesquisa, v.1, 1992.
- ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da pobreza: uma manutenção da diferença em Taubaté (1680-1979)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1995. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- BADARÓ, Ricardo. *Campinas, o despontar da modernidade*. Campinas: Publicações CMU / Unicamp, 1996.
- BAENINGER, Rosana, *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista*. Campinas: Publicações CMU / Unicamp, 1996.
- BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. 26 vol. Campinas [s.n.], 1965-1967.
- CÓDIGO Civil Brasileiro (1916) anotado por Achilles Bevilaqua. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1946.
- CONSOLIDAÇÃO das Leis Civis (Publicação do Governo). Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857.
- COSTA, Dora Isabel Paiva. *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre a família e população em Campinas, 1795 – 1850*. Niterói, RJ: [s. n.], 1997. Tese (Doutorado) – Centro de Estudos Gerais, Dep. História – Universidade Federal Fluminense.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GADELHA, Regina Maria D. Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920). Contribuição ao estudo da colonização em São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. [s.n.]. Tese (Doutorado), 1982.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros. Campinas: 1850-1900*. São Paulo: EDUSP, 1996.



- LOPES, Luciana Suarez. Café, riqueza e famílias: Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX. In: *História e Economia. Revista interdisciplinar*. Vol. 4, n. 1, 1º sem. 2008.
- MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba (sec. XIX)*. Lorena: Stiliano, 1998.
- MARTINEZ, Cláudia Eliane P. M. *Cinzas do passado: riqueza e cultura material no Vale do Paraopeba, MG (1840-1914)*. São Paulo: [s. n.], 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *São Paulo, 1845-1895: Metamorfoses da riqueza. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à exportadora capitalista*. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- OLIVEIRA, Lélío Luís de. *As transferências da riqueza em Franca no século XIX*. Franca, SP: [s.n.], 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em Franca (SP).
- PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.
- SEMEGHINI Ulysses Cidade. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991.
- SILVA, Kleber Pinto. *A cidade, uma região, o sistema de saúde: para uma história da saúde e da urbanização em Campinas, SP*. Campinas: Publicações CMU / Unicamp, 1996.